

Recessão x inflação, o dilema de Itamar

LÉA CRISTINA

Inflação maior, mas recessão um pouquinho menor. Em síntese, é este o saldo do Governo Itamar Franco que, quase sete meses depois de começar, entra agora numa nova fase, pois finalmente há um programa traçado e anunciado. A demora na definição de um programa, aliás, foi um dos principais problemas da gestão Itamar, dizem economistas. Como positivo, destaca-se a preocupação social e o esforço pela recuperação de uma imagem de honestidade para o Governo.

O presidente afirma que é preciso crescer, mas a inflação não dá trégua. De outubro a março, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulou alta de 298,36%, contra os 236,76% dos seis meses anteriores à gestão Itamar. Nestes 12 meses, as taxas estiveram acima de 20%, e agora ameaçam se estabilizar em torno dos 30%. É possível uma estabilização em níveis tão altos? No Brasil até pode ser, devido à forte indexação da economia, mas o perigo de descontrole está sempre presente: pode acontecer a partir de qualquer alta maior de preços ou crescimento das desconfiadas quanto ao caixa da União.

A recessão é que já não é tão forte. O IBGE registra pequeno crescimento da taxa de desemprego de fevereiro para março (de 5,77% para 5,88%), mas em relação a março de 1992 (6,21%), o nível caiu. Natal, Páscoa e carnaval, desta vez, venderam um pouco mais. E a produção industrial, desde novembro, vem apresentando números positivos.

Segundo alguns especialistas, a queda nas taxas reais (acima da inflação) de juros é uma das explicações para o aumento de consumo. Contra taxas de 70% ao ano registrados em abril de 1992, março deste ano registrou uma taxa anualizada (projetada para 12 meses) de 5,28%. O Grupo de Acompanhamento Conjuntural (GAC), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), acha que essas taxas caíram além do que deviam. E que, até que venha a reforma fiscal, o jeito é manter os juros em níveis mais altos que os atuais.

Indicadores antes e depois de Itamar*

Inflação (INPC)

1992	
abril	20,8%
maio	24,5%
junho	20,8%
julho	22,0%
agosto	22,3%
setembro	23,9%
outubro	26,0%
novembro	22,8%
dezembro	25,5%

1993	
janeiro	28,7%
fevereiro	24,7%
março	27,5%

Taxa de juros real***

1992	
abril	70,3%
maio	5,5%
junho	32,3%
julho	54,8%
agosto	1,0%
setembro	2,6%
outubro	35,9%
novembro	23,1%
dezembro	23,8%

1993	
janeiro	-1,9%
fevereiro	25,1%
março	5,2%

Desemprego

1992	
abril	5,8%
maio	6,5%
junho	- **
julho	- **
agosto	5,9%
setembro	5,7%
outubro	5,7%
novembro	5,8%
dezembro	4,5%

1993	
janeiro	5,9%
fevereiro	5,7%
março	5,8%

Produção Industrial

1992	
abril	-9,1%
maio	-11,1%
junho	-7,7%
julho	-11,4%
agosto	-13,1%
setembro	-6,6%
outubro	-9,2%
novembro	+0,2%
dezembro	+8,5%

1993	
janeiro	+5,2%
fevereiro	+1,7%
março	ND

* Empossado em outubro de 1992

** Taxa não medida devido à greve

*** Projetada em 12 meses, já descontada a inflação pelo IGP

FONTES: Inflação, Desemprego e Indústria, IBGE; Juros, Andima

Mas os economistas Dionísio Carneiro, da PUC/RJ, Cláudio Contador e João Sabóia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), afirmam que não é preciso elevar os juros. O que importa é mantê-los positivos: assim, os recursos dos investidores permanecem aplicados, não fogem para o consumo, consequentemente, não geram inflação via aumento de demanda.

Para Dionísio, aliás, a queda dos juros tem pouco peso no aquecimento de vendas. A origem, diz ele, vem do Governo Collor: a boa safra agrícola e o acordo setorial com a indústria automobilística, que acabaram fazendo com que mais dinheiro girasse no mercado. Aí veio o

Governo Itamar, que pagou atrasados dos aposentados e adiou o décimo terceiro do funcionalismo.

— Todos os anúncios apontavam para a possibilidade de gastos das pessoas crescerem. Além disso, à medida que se começaram a levantar suspeitas sobre o programa a ser anunciado neste fim de semana, consumiu-se mais: as pessoas tinham medo da desindexação e se preocupavam com a falta de proteção para suas aplicações — analisa Dionísio, para quem, entretanto, nada disso representa retomada real de crescimento: para crescer é preciso investir, o que, pelo menos este ano, ainda não acontecerá.

O que os economistas acham do Governo

ASPECTOS POSITIVOS

- Preocupação social
- Desregulamentação dos portos
- Apoio à proposta de um BC independente
- Esforço para recuperação de uma imagem de honestidade



ASPECTOS NEGATIVOS

- Demora no programa de Governo
- Política econômica desorganizada
- Prioridade ao crescimento, em vez do combate à inflação
- Dificuldade na montagem da equipe

